



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

RENATA DE CASTRO BARRETO TORRES

**OS ERROS NA QUESITAÇÃO PERANTE O CONSELHO DE
SENTENÇA NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Brasília

2007

RENATA DE CASTRO BARRETO TORRES

**OS ERROS NA QUESITAÇÃO PERANTE O CONSELHO DE
SENTENÇA NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato-Sensu em Direito Material Penal, Processual Penal e Segurança Pública.
Orientador: Professor Especialista George Lopes Leite.

**Brasília
2007**

RENATA DE CASTRO BARRETO TORRES

**OS ERROS NA QUESITAÇÃO PERANTE O CONSELHO DE
SENTENÇA NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato-Sensu* em Direito Material Penal, Processual Penal e Segurança Pública.
Orientador: Professor Especialista George Lopes Leite

Brasília, 1º de junho de 2007.

Banca examinadora

Professor Doutor Gilson Ciarallo

Professor Doutor Joanesval Brito

Dedico este trabalho aos excelentes professores que tive no curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu*, que tanto me ensinaram, e ao UniCEUB que me concedeu a oportunidade de ver de perto como funciona o Júri Popular, de aprender tanto, não só com o trabalho acadêmico, mas também com o social, que é tão importante mas na maioria das vezes esquecido, pois posso dizer que o meu aprendizado não ocorreu apenas no âmbito intelectual, mas também como ser humano.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao querido orientador, professor estimado e ilustre Desembargador de Justiça, George Lopes Leite, por toda a paciência, pelos ensinamentos, dentro e fora de sala de aula, e por toda a sabedoria que pôde transmitir durante os encontros para a elaboração deste trabalho. À minha família amada, que soube compreender as ausências e o nervosismo, com muito amor, carinho e atenção.

RESUMO

O Tribunal do Júri, uma garantia fundamental do homem, constitui a mais democrática instituição jurídica brasileira e a forma como se propõe o Júri Popular no Brasil, por meio de seu questionário, desenvolvido para que o Conselho de Sentença, em votação, julgue seus pares, compreende a parte mais importante deste instituto. Sua adequação, reformulando a quesitação mostra-se de suma relevância para permitir decisões mais justas e também para facilitar a sentença a ser proferida posteriormente pelo juiz togado. Ao analisar os questionamentos feitos atualmente no Júri, pode-se perceber que se costumam anular os julgamentos exatamente por erros cometidos pelos jurados nas respostas aos quesitos. Assim, se houver uma mudança para tornar o questionário mais claro, conciso, simples e ainda permite que essa mudança traga celeridade ao instituto, o Tribunal do Júri poderá trazer decisões, não só mais justas como também mais seguras juridicamente, com um menor número de julgamentos anulados e, conseqüentemente, com a sociedade mais satisfeita. Uma reformulação na legislação vigente pode facilitar a atuação do Conselho de Sentença, assim realmente haverá um julgamento popular e democrático.

Palavras-chave: Erros – Quesitação - Conselho de Sentença.

ABSTRACT

The Trial by Jury, a fundamental guarantee for humanity, constitutes the biggest brazilian democratic juridical institution, and the way that the popular jury is inserted on Brazil, by its questionnaire, developed to the Counsel of Sentence, in voting, judging their equals, is the most important part of this institute. Their adjusting, remaking the quiz, is very important to allow fair decisions and also to help the sentence that will be given by the judge. Analyzing the questions that are being done lately on the Jury we can realize that the decisions are usually annulled exactly because of the errors committed by the people responding the quiz. So, if happens a change to leave the questionnaire more clear, concise, simple and still, it will bring celerity to the institute. Trial by Jury could bring decisions, not only fairer, but also more secure, with less number of annulments, and with a society more satisfied. A remaking in the actual legislation could help the Counsel of Sentence's work, and then, it will be a judging which is popular and also democratic.

Word Keys: Errors – Quiz - Counsel of Sentence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL	13
1.1 O que são os quesitos e como são formulados	15
1.2 A legislação vigente	17
2 A QUESITAÇÃO DO JÚRI NO DIREITO COMPARADO	22
2.1 O Tribunal do Júri na Commom Law	23
2.2 O Tribunal do Júri no Direito Romano-Germânico	26
3 PROBLEMAS DA QUESITAÇÃO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	29
3.1 A ordem na formulação dos quesitos	31
3.2 A quesitação sobre laudos e perícias	34
3.3 A confissão espontânea	36
3.4 A quesitação de circunstâncias agravantes e atenuantes	37
4 A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NAS DECISÕES DO JÚRI	42
5 MODIFICAÇÃO DA DISCIPLINA LEGAL – PROJETO DE LEI 4203/01 ..	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

A escolha deste tema, feita a partir de experiências da autora em julgamentos do Tribunal do Júri que lhe despertaram o interesse pelo assunto, resultou da frustração de ver os erros cometidos por causa da forma como os quesitos são apresentados aos jurados.

A sociedade sempre necessitou de uma demonstração de que os criminosos estão sendo castigados e essa punição serve para prevenir novos crimes, pelo exemplo da correta punição daquele que tornou a sociedade menos segura, pela sua transgressão. O crime constitui uma ameaça à comunidade, e, por isso, os cidadãos precisam se sentir protegidos, com a certeza de que se está aplicando uma sanção adequada ao infrator e não apenas a mais gravosa.

O Tribunal do Júri, considerado por muitos como um teatro, em que hábeis manipuladores se esforçam para persuadir os cidadãos comuns, constituídos em juízes naturais da causa e em partícipes de um julgamento que decide sobre o passado, o presente e o futuro do réu, detém o poder de condená-lo ou absolvê-lo. Assim, os quesitos são essenciais no sistema brasileiro, em que os jurados não podem conversar entre si nem tentar convencer uns aos outros, como ocorre em alguns outros países.

No que consistem exatamente os quesitos apresentados aos jurados? Preparados, após os debates, recolhem-se à sala secreta para a votação. Eles possuem o direito de exigir novos esclarecimentos para se convencer de que se encontram aptos a votar, de acordo com o artigo 478 do Código de Processo Penal. Portanto, se estiverem prontos para o início da votação, o Juiz Presidente lerá os quesitos e explicará o significado de cada um, para que não paire qualquer dúvida ao jurado, nem haja reclamação das partes.

Portanto, os quesitos mostram-se essenciais para o julgamento do Conselho de Sentença, em que pessoas comuns julgam o caso e a vida do acusado, decidindo qual o seu destino.

Existe dúvida se as penas cominadas no Júri não se apresentam mais severas do que aquelas aplicadas pelo juízo singular. Importa, então, saber se os quesitos se encontram bem expostos e se o acusado está sendo julgado da forma correta, sob o pálio da ampla defesa e do contraditório, como deve ocorrer em todos os julgamentos.

Há, enfim, algumas questões básicas que angustiam os operadores do Direito. Se a quesitação realizada hoje no julgamento pelo povo mostra-se eficaz e compatível com a evolução do Direito Processual Penal? O Conselho de Sentença encontra-se preparado para decidir, sem controle e manipulação pela defesa ou pela acusação? Não deveriam os laudos técnicos ser considerados exclusivamente pelo Juiz Presidente ao sentenciar? A ordem dos quesitos não influencia ou confunde a convicção dos jurados?

O tema sugere muitas indagações cruciais que ainda não encontraram resposta e que causam preocupação aos doutrinadores, estudiosos e à sociedade em geral.

O objeto de estudo, assim, corresponde à eficácia da quesitação tal como procedida atualmente no Tribunal do Júri, e se devem continuar propondo quesitos que influenciam na individualização da pena, que configura um direito constitucionalmente assegurado a todos os réus.

A sociedade deseja obter uma satisfação, intenta se sentir protegida deseja, enfim, obter a certeza de que se pune o criminoso de maneira justa e eficaz. O Tribunal do Júri pode proporcionar essa certeza, possibilitando que o sistema repressivo penal se torne mais bem compreendido pela população em geral. No Júri, os próprios cidadãos julgam sem qualquer

interferência ou controle, pois a própria sociedade, pelos jurados, seus representantes, constitui o juiz, com a prerrogativa de condenar ou absolver o acusado.

No entanto, se o instituto nem sempre cumpre seu papel; se, ao invés de trazer igualdade, mostra-se injusto e discriminatório; se se pode manipular o resultado; e se não assegura democracia nem justiça, uma mudança poderia apresentar-se salutar, tornando-o mais justo, sem ensejar autonomia excessiva aos jurados para julgar questões técnicas. Importa salientar que os quesitos, em maior ou menor proporção, induzem a que os jurados julguem a pessoa do réu, e não o fato pelo qual está sendo processado.

Pode-se conceber que o Júri já tenha cumprido seu papel histórico, não havendo mais necessidade da participação do povo, permitindo que o jurado fique suscetível a manipulações. No entanto, desenganadamente, o Tribunal do Júri corresponde, atualmente, à mais democrática instituição jurídica brasileira, embora não se isente de crítica.

Quer parecer-nos que ao júri pode atribuir-se, no campo da competência material, o julgamento dos delitos políticos, delitos estes de que ele se apresenta como juiz natural e onde lhe caberia, como verdadeiro paladium da liberdade, examinar casos com um critério nitidamente democrático e popular. (MARQUES, 1997, p.28)

Os jurados, pessoas leigas, julgam sem preparação prévia. Não sendo especialistas, pode-se considerar a possibilidade de erros nos seus julgamentos. Há questões que não lhes deveriam propor, porque não têm, por exemplo, como decidir acerca de laudos, perícias ou mesmo sobre circunstâncias atenuantes. A correta individualização da pena constitui um direito assegurado a todos os réus. A legislação vigente, todavia, concede ao Conselho de Sentença decidir sobre vários aspectos que influenciam a aplicação da pena que será imposta pelo Juiz Presidente ao proferir a sentença.

Os quesitos, muita vezes, acabam por prejudicar direitos do réu na aplicação da pena, posto que, a partir do momento em que se quesitam alguns aspectos, a cominação pode

variar consideravelmente, uma vez que o Juiz é obrigado a sentenciar de acordo com a decisão dos jurados.

O trabalho tem a intenção de demonstrar os problemas da quesitação feita perante o Conselho de Sentença, da forma como está colocada na legislação hodierna, e as soluções possíveis, para que o instituto se estabeleça mais democrático e justo. As fontes apresentadas, foram extraídas da doutrina, e ainda de publicações em revistas jurídicas. A autora também se ateuve às experiências pessoais em julgamentos do Tribunal do Júri no Distrito Federal, principalmente como base para iniciar as pesquisas.

No primeiro capítulo apresenta-se o instituto do Tribunal do Júri, como é colocado no Brasil, e também o que são os quesitos, como são formulados e como se compõe o questionário, demonstrando qual a legislação vigente no país. O Segundo capítulo apresenta o assunto perante o direito comparado, relacionando a quesitação feita no Brasil com outros países, inclusive apresentando o direito de *Common Law* e também o direito Romano-Germânico, que foram, e ainda são, base fundamental para se chegar ao Tribunal do Júri da atualidade.

O terceiro capítulo apresenta os problemas da quesitação na legislação vigente, tendo como foco de discussão a ordem na formulação do questionário, inclusive a discussão sobre laudos e perícias no plenário do Júri Popular, o questionamento das agravantes e atenuantes, em especial, a confissão espontânea, aos jurados, demonstrando todos os erros cometidos nos julgamentos em face dos quesitos apresentados.

O quarto capítulo versa sobre a influência da imprensa nas decisões do Conselho de Sentença, e como a quesitação, da forma proposta pode ser manipulada pela mídia, como o alarido pode fazer com que o réu já entre no seu próprio julgamento condenado, nada importando a qualidade da defesa e nem mesmo as provas dos autos

O Quinto e último capítulo, traz à baila o Projeto de Lei nº 4203/01, em trâmite, que propõe alterações no Código de Processo Penal, especificamente na parte pertinente ao Júri Popular, uma revisão no texto da lei, para trazer maior celeridade e simplificar a quesitação e por consequência o julgamento, aplicando maior objetividade ao procedimento especial. Tal projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, fará as modificações necessárias para atualizar o instituto.

Imagina-se que a reforma do Código de Processo Penal brasileiro possa tornar-se de grande importância para atualizar o Júri Popular, modernizando-o e permitindo que a sociedade possa se sentir mais segura, com julgamentos justos. A verdadeira democracia deverá estar mais presente no instituto, melhor satisfazendo a população sem que seja necessária a punição exagerada dos criminosos.

1 O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL

O Tribunal do Júri é um instituto pleno em democracia e que foi reconhecido no Brasil no intuito de aprimorar as decisões nos crimes dolosos contra a vida, aproximando a população do judiciário, fazendo com que se torne parte da justiça a ser aplicada.

O art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, reconheceu a instituição do Júri, assegurando direitos como a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida. O Júri compõe-se por um Juiz de Direito, seu presidente, e de mais vinte e um jurados, dentre os quais apenas sete serão sorteados para compor o Conselho de Sentença, tornando-se os juízes naturais da causa.

Os jurados, cidadãos comuns da sociedade, maiores de vinte e um anos e de idoneidade ilibada, devem estar em dia com suas obrigações eleitorais e com o serviço militar obrigatório. Contudo, não há restrição quanto ao grau de escolaridade, não havendo necessidade de possuir diploma de curso superior, justamente para evitar elitização no Júri. A lei exige, ainda, que o candidato seja brasileiro nato ou naturalizado. Não é necessário possuir amplo conhecimento jurídico, apenas que detenha a noção do certo e do errado e que possa realizar um julgamento imparcial, de cidadão para cidadão. O seu dever é dizer se a conduta é ou não reprovável, condenando ou absolvendo o réu.

A decisão do Júri é soberana e, assim, se os jurados decidirem absolver ou condenar, o juiz togado nada poderá fazer para modificar esse veredicto: ele apenas estipulará a pena, de acordo com a lei e com o que se decidiu em plenário.

O instituto do Tribunal do Júri existe em vários países do mundo, e, em alguns deles, adota-se essa forma de julgamento para quase todo tipo de crime, conferindo-se maior autonomia aos jurados. Entretanto, há divergência entre os doutrinadores com relação à sua validade, praticidade e, principalmente, se deve ser reformulado; ou mesmo abolido.

Instituiu-se o Júri no Brasil a partir da Lei de 18 de julho de 1822 com competência para julgar apenas os crimes de imprensa. Posteriormente, a Constituição Política do Império, em 1824, estabeleceu a composição do Poder Judiciário com juízes e jurados, em que estes se pronunciavam sobre fatos e aqueles aplicavam as leis. Em 1830, criaram-se o Júri de Acusação e o Júri de Julgação ou de Sentença. Posteriormente, o Código do Processo Criminal do Império, em 1832, outorgou ao instituto atribuições mais amplas e, em 1891, a primeira Constituição da República manteve a instituição do Júri. (TUCCI, 1999, p.31).

No Brasil, o Júri sofreu várias modificações, com avanços e recuos. O Júri chegou a abranger inclusive a área cível, quando os jurados se pronunciavam sobre os fatos e o juiz aplicava a lei. A Constituição de 1937 não mencionava o Tribunal do Júri e, em 1938, a instituição sofreu um duro golpe com o Decreto-lei 167, que aboliu a soberania dos veredictos e inseriu o recurso de apelação. Se a decisão se mostrasse injusta ou contrária às provas dos autos, o Tribunal de Apelação poderia, ao prover os recursos, aplicar a pena justa ou absolver o réu, sendo, dessa forma, abolida por completo a soberania do Júri.

Em 1946, com a nova Constituição Federal, o Júri readquiriu sua soberania, com competência exclusiva para julgar os crimes dolosos contra a vida. A Constituição de 1967 manteve o instituto do júri, mas não fez menção a sua soberania. Hoje o Tribunal do Júri continua a tratar apenas dos crimes dolosos contra a vida, com trâmite especial, diverso do procedimento comum. (TUCCI, 1999, p.31)

A soberania do Júri deve ser entendida como a impossibilidade de os juízes togados substituírem os jurados na decisão da causa, estando garantida na Constituição Federal a soberania dos veredictos, no seu artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea c. (PORTO, 2001, p.31).

O Júri tem sido causa de grande polêmica, mas há que se reconhecer que, embora apresente defeitos, ainda é uma maneira democrática de se tentar fazer justiça.

1.1 O que são os quesitos e como são formulados

Os quesitos fazem parte de uma peça que contém um conjunto de perguntas dirigidas aos sete jurados, é destinada à coleta da decisão sobre a imputação, classificadamente posta pela decisão de pronúncia, com conseqüente articulação pelo libelo e sobre as teses defensivas alegadas em Plenário. (PORTO; 1999, p.198)

O questionário representa, em relação à pronúncia, um “sistema de indagação racional dos pontos de adequação típica pela pronúncia homologada, podendo receber, por motivação da defesa, indagações destinadas à alteração ou afastamento da adequação.” (PORTO, 2001, p.51).

As fontes do questionário compreendem: o libelo, fonte obrigatória; a sentença de pronúncia; as atenuantes genéricas, quesitadas de ofício, sendo também obrigatórias; os laudos médicos, referentes à saúde mental do réu; e também as teses levantadas pela defesa técnica.

O Código de Processo Penal, no seu artigo 484, estabelece as regras que se devem observar na formulação dos quesitos, devendo o primeiro questionamento versar sobre o fato principal, de acordo com o libelo apresentado pelo Ministério Público. Pode o juiz, inclusive, afastar quesitos que não tenham conexão essencial com o fato. As teses defensivas também devem ser colocadas no questionário, sejam elas de circunstância que isente o réu de pena, exclua o crime, ou desclassifique a infração e afaste a competência do Júri para o juízo singular. Em seguida, indagam-se as causas de aumento ou diminuição de pena.

Se julgadas ao mesmo tempo duas ou mais pessoas, o juiz deve realizar o questionário em séries separadas, o que se pode exigir também no caso de mais de um fato criminoso. Formular-se-ão, também, as circunstâncias agravantes e atenuantes; todavia, antes de votar as circunstâncias atenuantes, os jurados respondem questionamento sobre sua existência.

A ordem dos questionamentos, na legislação atual, consiste, inicialmente, em materialidade, autoria, letalidade (nexo de causalidade entre as lesões e a morte), causas de diminuição de pena (privilegiantes), causas de aumento de pena (qualificadoras) e circunstâncias atenuantes. A legislação apresenta-se clara, mas não afasta nem soluciona as dúvidas que possam surgir no momento da formulação dos quesitos em Plenário.

A maioria dos julgamentos anulados se deve à formulação defeituosa desses quesitos. Compete ao magistrado procedê-la, sem a interferência das partes, que só podem influenciar no questionário de modo indireto, imediatamente depois de sua leitura e explicação pelo juiz. Se as partes não impugnarem o questionário nesse momento, haverá preclusão, de acordo com os artigos 565, 571, VIII e também o artigo 572, I do Código de Processo Penal. (TUBENCHLAK, 1997, p.136)

Os desdobramentos dos quesitos das teses defensivas podem, muitas vezes, confundir os jurados os quais, mesmo querendo votar em favor do réu, acabam por errar em algum dos vários questionamentos, impedindo a absolvição. Este é o caso da legítima defesa, quando se requer pelo menos sete quesitos no mesmo sentido e, se o magistrado não souber explicar muito bem o que cada resposta vai ocasionar, o erro se torna uma constante.

Portanto, evidencia-se imperiosa uma mudança na forma de se questionar o Conselho de Sentença, pois o quantitativo de perguntas e a forma variada como cada uma delas pode ser efetuada tem se constituído em causa freqüente de nulidade e injustiça.

Simplificar os quesitos pode aprimorar o instituto do Tribunal do Júri para melhor adequá-lo à realidade brasileira.

1.2 Legislação vigente

A Carta Magna, no seu artigo 5º, inciso XXXVIII, reconhece a instituição do Júri com formato regulado em lei e assegura a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência privativa para julgamento dos crimes dolosos contra vida. Dessa forma, quando há concurso entre a competência do Júri e a de outro órgão judicial, prevalece a competência do primeiro, pois os crimes contra a vida só podem ser julgados pelo Tribunal do Júri.

O Código de Processo Penal, em vigor desde 1º de janeiro de 1942, juntamente com a sua lei de introdução (Decreto-Lei nº 3931, de 11 de dezembro de 1941), regula, a par das ações penais, submetidas ao procedimento comum e a outros procedimentos especiais, o processamento dos feitos da competência do Tribunal do Júri. Prevê duas fases distintas: a primeira segue o rito comum, subordinado às mesmas regras do processo comum ou ordinário, previstas nos artigos 394 a 405, e que fazem a rotina de qualquer vara criminal; com o término da instrução processual, o feito se encaminha para a fase da pronúncia, a partir do artigo 406 do diploma adjetivo e daí em diante vêm à baila as especificidades do Júri.

Assim, terminada a instrução, o juiz abre vista dos autos ao Ministério Público para alegações finais e, por igual prazo, à defesa. A partir daí começam as diferenças entre o rito comum e do Júri. O juiz verifica se há alguma diligência a se determinar e saneia o processo, escoimando eventuais nulidades. Em seguida, profere-se uma sentença que poderá ser de pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação para outro crime de competência do juízo singular.

Se o juiz se convencer da materialidade do crime e dos indícios de autoria, pronuncia o acusado (art. 408 CPP), para que se leve o processo ao Júri Popular. Uma vez pronunciado, intima-se o réu da sentença e o escrivão, após o trânsito em julgado, remete os autos ao Ministério Público para oferecer o libelo-crime acusatório, no prazo de cinco dias (artigos 416/417 CPP). Nessa peça, o Promotor de Justiça arrola as testemunhas da acusação e requer as diligências que entender necessárias, podendo, inclusive, juntar documentos.

Recebido o libelo, o escrivão entregará cópia ao réu com o rol de testemunhas notificando o defensor para que apresente a contrariedade, pelo prazo de cinco dias, podendo também arrolar testemunhas, requerer diligências e juntar documentos.

O Juiz Presidente do Tribunal do Júri, após ordenar as diligências, marca o dia do julgamento, intimando as partes e as testemunhas. Vinte e um jurados são convocados por edital para se sortear os que participarão efetivamente da sessão de julgamento. Esse sorteio, aberto ao público, realiza-se por um menor de dezoito anos. O Código de Processo Penal estabelece que os jurados que participarem da sessão do Júri não podem sofrer descontos salariais.

Os artigos 433 a 438 do referido diploma legal tratam da função do jurado e regulam o alistamento, a recusa, a escolha dos jurados, bem como cita também as regalias e sua responsabilidade penal.

Descreve-se a organização do júri nos artigos 439 a 441, que explicitam como se realiza a lista geral dos jurados, sua publicação, efetivada em novembro de cada ano, na imprensa ou em editais afixados na portas do edifício do Tribunal, bem como a lista de suplentes. Na data do julgamento o porteiro do Júri ou o Oficial de Justiça efetua o pregão em voz alta, na porta da sala do júri e, em seguida, realiza-se o sorteio dos jurados que irão compor o Conselho de Sentença (art. 457 CPP).

Os jurados prestam compromisso, prometendo decidir com consciência e justiça (art. 464 CPP). Seguindo o rito, o Juiz Presidente interroga o réu (art.465) e depois efetua o relatório do processo e a leitura das peças escolhidas pelas partes, com o objetivo de cientificar o jurado das provas dos autos. Em alguns casos, o juiz determina a distribuição de cópias de peças processuais aos jurados (art. 466). Dá-se início, em seguida, à inquirição das testemunhas de acusação e logo depois, daquelas arroladas pela defesa. O Juiz, o Promotor, o Advogado, o Assistente de acusação, se houver, e também os jurados podem inquirir as testemunhas. Havendo divergência nos depoimentos, poder-se-á realizar a acareação, em consonância com o artigo 229 do CPP.

Findos os depoimentos, o Promotor de Justiça lê o libelo e os dispositivos da lei penal nos quais está incurso o réu, iniciando os debates por duas horas, seguindo-se a fala da defesa (artigo 474 CPP). O diploma adjetivo dispõe que o acusador tem o direito de replicar, permitindo-se à defesa treplicar (art. 473 CPP). Na réplica, o Promotor dispõe de trinta minutos, assim como a defesa, para a tréplica.

Após os debates, preparados, os jurados se recolhem à Sala Secreta, para a votação, podendo exigir novos esclarecimentos para alicerçar a convicção íntima, de acordo com o artigo 478 do CPP. Quando se declararem prontos para a votação, o Juiz lê os quesitos e explica a significação de cada um, para que não reste qualquer dúvida e nem haja reclamações das partes.

A formulação dos quesitos disciplina-se no artigo 484 do Código de Processo Penal e obedece a regras específicas. O primeiro deve se basear no libelo e versar sobre o fato principal, tal como descrito na peça do Ministério Público. O libelo serve como esteio principal na formulação do questionário. Todavia, se contiver circunstância que não apresente conexão essencial com o fato, os quesitos correspondentes podem se elaborar separadamente, desdobrando-se em tantos quanto sejam necessários.

Seguem-se as perguntas referentes à contrariedade ao libelo ou que sejam apresentadas pela defesa técnica durante os debates, tais como as excludentes de pena ou do crime, ou as circunstâncias que possam desclassificar a infração para outro crime da competência de outro juízo. No caso de excludente de ilicitude, deve-se quesitar também sobre o excesso culposo ou doloso.

Em seguida às teses defensivas, deve-se formular quesitos versando sobre as causas que aumentem a pena, também chamadas qualificadoras, ou aquelas que determinem ou facultem sua redução, como no caso de crime privilegiado. Havendo um ou mais réus, o Juiz deve formular os quesitos em séries separadas, como ocorrerá também no caso de serem vários pontos de acusação diferentes.

Cabe ao Juiz formular as proposições de maneira clara e de fácil compreensão. Propor-se-ão, ao final, as circunstâncias agravantes e atenuantes, de forma que, para cada agravante, formula-se um quesito, inclusive para aquela eventualmente suscitada durante os debates, a requerimento do órgão acusador. As circunstâncias atenuantes devem ser alegadas, primeiro de forma genérica, questionando-se sua existência, e depois cada uma em quesito próprio.

Só podem estar presentes na Sala Secreta o escrivão, dois Oficiais de Justiça, os acusadores, os defensores, o Conselho de Sentença e o Juiz Presidente (art. 481 CPP). Cada jurado recebe duas cédulas, uma com a palavra sim e outra com a palavra não, para votarem secretamente. O Juiz lerá o quesito e um dos oficiais recolhe os votos, enquanto o outro recolhe as cédulas não utilizadas (art. 485 CPP). Depois da votação de cada item, o Juiz determinará que o escrivão coloque o resultado em termo, declarando os votos afirmativos e negativos, nos termos do artigo 487 do referido diploma legal.

No Brasil, a decisão ocorre por maioria de votos, não havendo necessidade de unanimidade, como ocorre em alguns outros países. Contudo, dependendo da resposta

atribuída aos quesitos, o Juiz determina nova votação, principalmente se houver contradição, ou o fim da votação, se os quesitos seguintes estiverem prejudicados (art. 490 CPP).

Ao final da votação, os presentes assinam o termo e o Juiz lavra a sentença, de acordo com o decidido pelos jurados. Essa sentença deve ser fundamentada (art. 493) e lida publicamente, antes do encerramento da sessão.

A legislação vigente merece crítica. A forma proposta de formulação do questionário é complexa, confusa, e prejudica a decisão dos jurados. A reforma se faz urgente, para simplificar o instituto e facilitar o trabalho do Conselho de Sentença.

2 QUESITAÇÃO NO DIREITO COMPARADO

O instituto do Tribunal do Júri teve grande evolução na História. Em alguns países aboliu-se o júri popular como forma de julgamento democrático, e alguns autores chegam a afirmar que “após ter se espalhado pelo globo, começou a declinar gradativamente até tornar-se de aplicação minoritária tanto na Europa, quanto nos demais continentes.” (NUCCI, 1999, p. 63).

Criticas à parte, importa salientar que muitos países, principalmente aqueles situados no contexto da *common law*, ainda conservam o julgamento popular mediante o qual o cidadão é julgado por seus pares, sem interferência direta do juiz.

O direito comparado, ou seja, o estudo comparativo dos diversos ordenamentos jurídicos das nações, consiste em estabelecer semelhanças e diferenças, pesquisando-os e relacionando-os. Examinar outros sistemas jurídicos serve para incrementar o direito pátrio, pois permite ao legislador e ao aplicador do direito valer-se de institutos próprios de outros ordenamentos para aprimorar o sistema nacional. Com esse estudo pode-se compreender melhor o sistema jurídico de outros povos, favorecendo as relações internacionais e contribuindo para uniformizar alguns preceitos jurídicos.

Importa salientar que o direito comparado é de suma importância na compreensão dos problemas que a quesitação pode causar no Julgamento Popular. O estudo comparado dos ordenamentos, semelhantes e diversos do brasileiro, pode ajudar a apontar os erros e solucioná-los, pois, a História ensina a aperfeiçoar o Direito, no intuito de atualizá-lo com relação às transformações da humanidade.

O Tribunal do Júri, apesar de ter nascido e prosperado na antiguidade, só voltou a ter seu apogeu em 1215, na Inglaterra, e se espalhou pela Europa penetrando na maioria dos

sistemas jurídicos, transformando-se em símbolo de democracia e liberdade (NUCCI, 1999, p.63)

Em alguns países, o instituto praticamente desapareceu, mas em outros, o Júri permanece a mais forte instituição jurídica, e o seu estudo, de suma importância para compreender como a evolução de cada sistema possibilitou sua chegada aos dias atuais.

Pode-se afirmar que a quesitação feita aos jurados apresenta-se completamente diferente em outros países, ou até inexistente. Entender como o Tribunal do Júri funciona em outras culturas pode ajudar a aperfeiçoar o modelo brasileiro.

2.1 O Tribunal do Júri no Direito de *Common Law*

No direito de *common law* um sistema constituiu um antecedente histórico em relação ao outro, no caso, o sistema inglês precedeu o norte-americano, pois características do primeiro atribuíram-se ao segundo por causa da colonização.

De acordo com Ana Paula Zomer (2000, p.10-11), até a metade do século XIX, o Júri constituiu a única forma de julgamento usado nos países de *common law* e, no início do século XX, continuava a predominar nas esferas cível e penal, como forma de resolução de conflitos. O precedente, isto é, decisão de um litígio do mesmo modo que um caso anterior semelhante, estabilizou e deu coerência ao direito aplicado, tornando o direito de *common law* então, um direito basicamente jurisprudencial.

Na Inglaterra, o Júri ainda é a estrutura central da justiça, constituindo a base da liberdade e dos direitos individuais. Contudo, atualmente o seu uso se restringe a alguns poucos casos criminais. (ALMEIDA, 1992, p.81).

A restrição começou em 1967, quando não mais se exigiu o veredicto unânime para a condenação. Em 1977 uma lei reclassificou as infrações, impedindo que os acusados

exigissem julgamento pelo Júri. Assim, os crimes de competência do tribunal popular são o homicídio e o estupro, embora ainda existam outros delitos que se podem julgar pelo Júri, conforme a gravidade, cabendo ao juiz togado decidir se envia ou não o processo aos jurados.(NUCCI, 1999, p.64).

Não há necessidade de veredictos unânimes, admitindo-se a maioria de dez votos contra dois, ou de onze contra um, pois o corpo de jurados forma-se com doze pessoas. Realizam-se os debates e a votação em sala secreta, caracterizando-se o julgamento reservado, de forma a evitar irregularidades e eventuais recursos das partes. Os veredictos são discutidos abertamente pelos jurados e o único quesito indaga se o réu é culpado ou inocente.

Na Escócia, o réu não tem direito de exigir um julgamento pelo júri A decisão de submeter o caso a julgamento popular cabe à acusação, levando-se em consideração a gravidade do delito, o interesse público ou, ainda, os antecedentes do acusado. Deve haver a confirmação de todas as provas no momento do julgamento, com uma terceira alternativa de quesito, que corresponde ao “não provado”. Na realidade, forma uma decisão absolutória e não se poderá julgar novamente o acusado pelo mesmo fato. Se o órgão acusador não provar a culpa do réu, não pode acusá-lo novamente. Aqui também não há questionário vasto. A decisão pode ser por maioria de votos, adotando-se a maioria simples, pela qual oito votos a sete são suficientes para decidir. (NUCCI, 1999, p.66).

Na Austrália, normalmente o Júri decide apenas os crimes mais graves, havendo procedimentos diferentes em cada estado, inclusive com a possibilidade de existir júri para discutir problemas da área cível. A jurisprudência adota parcialmente os procedimentos do modelo inglês, uma vez que o país faz parte de União das Nações Britânicas, e talvez por essa razão, rende sempre muita polêmica. (NUCCI, 1999, p.70).

A *Common Law* nos Estados Unidos da América teve início com a colonização inglesa. Contudo, como a vida dos colonos não se apresentava compatível com as leis

britânicas, que passavam por uma fase feudalista, modificou-se, então, na tentativa de se adequarem ao estilo do novo continente. O Tribunal do Júri possui grande relevância, considerando como a essência da democracia do país. Sua organização não é a mesma em todos os estados, todavia há “lineamentos básicos de sua conformação, com todas as formalidades revestidas de publicidade, em regime de plena oralidade, por sua vez dotada de contraditoriedade real.” (TUCCI, 1999, p.29).

A regra de direito se assemelha à forma inglesa, pois também se concebe pela jurisprudência fundada em precedentes. Como se trata de uma federação, a jurisdição se divide em federal e estadual. Portanto, os estados possuem competência legislativa, embora a Suprema Corte afirme que não há duas formas de *common law*, federal e estadual: ela é apenas estadual e o juiz federal julga conforme as leis do estado específico. Assim, a competência legislativa é exclusiva do estado.

Na votação, os jurados se reúnem isoladamente para proceder ao julgamento, de forma sigilosa e sem publicidade. A discussão se resume a indagar se a culpabilidade ou não do réu. A diferença consiste na decisão, pois em alguns julgamentos, há a necessidade de unanimidade.

Para os norte-americanos, trata-se de um privilégio do acusado, que dele pode abrir mão. Há a possibilidade do Júri também nas questões cíveis. O Júri Federal compõe-se de doze jurados, mas em alguns estados esse número pode ser menor, embora nunca, inferior a seis. O precedente, muito utilizado no direito britânico, torna-se mais flexível no direito norte-americano, ou seja, os tribunais podem decidir sem necessariamente se vincularem. Os juízes seguem a jurisprudência em face da própria convicção, e não pela obrigação de seguir os julgamentos anteriores. (ALMEIDA, 1992, p.117).

Na fase preliminar do processo, o acusado se submete ao chamado Grande Júri, formado por vinte e três pessoas, sendo suficiente, o voto da maioria para aceitar a acusação

contra o réu, submetendo-o a julgamento perante o Pequeno Júri. (NUCCI, 1999, p.72). O *Grand Jury*, um organismo judicial de acusação ou investigação, não possui função de decidir, o *Petit Jury*, recebe a responsabilidade de julgar o réu, absolvendo-o ou condenando-o. Pode, ainda, fazer recomendações ao juiz sobre a pena a ser aplicada. (OLIVEIRA, 1999, p.106),

No caso de Júri Federal, a decisão deve ser unânime, mas nos julgamentos estaduais, pode se dar por maioria de votos, conquanto que não haja infrações graves ou punidas com pena de morte. A acusação e a defesa gozam ampla liberdade para produzir provas, inclusive provas novas, o que não é possível no Brasil, onde juiz não tem iniciativa para realizar investigações e a prova é preparada e exibida pelas partes (OLIVEIRA, 1999, p.107).

A quesitação, como na maioria dos países que utilizam o direito consuetudinário, não existe, há uma única pergunta: se o réu é culpado ou inocente (*guilty or not guilty*). Assim, há apenas um quesito, não havendo leis escritas nem códigos compilados, como no Brasil. Os jurados decidem com base em uma pergunta e o juiz togado sentencia de acordo com os precedentes, ou seja, conforme outras decisões já proferidas.

Nos Estados Unidos da América, a declaração de culpa deve apresentar-se *beyond a reasonable doubt*, além da dúvida razoável, o que significa dizer que a condenação não pode se apoiar em dúvidas, semelhante ao direito brasileiro em que predomina a aplicação do princípio do Direito Romano, cristalizado no axioma *in dubio pro reo*.

2.2 O Tribunal do Júri no Direito Romano-germânico

A família romano-germânica foi fundada numa comunidade de culturas formada pelo renascimento dos estudos do direito romano, constituindo sua principal característica a

codificação. Desta forma, a lei é a principal fonte do direito. As leis são hierarquicamente dispostas, então se admite o controle de constitucionalidade das leis.

Em Portugal, a unidade política em que apenas o rei legislava, a codificação realizada pelas ordenações possibilitou que os institutos próprios do Direito Romano se propagassem lentamente. Na França, coexistiram dois regimes: ao sul, o *pays du droit écrit*, predominando o direito romano; e ao norte, o *pays des coutumes*, onde a principal fonte era os costumes. Na Alemanha, a recepção só se efetivou posteriormente, mas de forma extensa e intensa. É importante salientar que a Revolução Francesa estruturou o sistema romano-germânico e impulsionou a codificação das leis, para assegurar a sua concentração e divulgação. (NUCCI, 1999, p.73).

O julgamento popular ainda existe hoje, em países de direito romano-germânico, como Portugal e Espanha. Em Portugal, compete ao Tribunal do Júri julgar os crimes, desde que requerido pelo Ministério Público, nos crimes cuja pena exceda a oito anos de prisão. O pedido de intervenção do *Parquet* para o julgamento pelo Júri é irretratável. O Júri compõe-se de três juízes togados e quatro jurados efetivos, sob a presidência de um dos primeiros. A decisão é tomada por maioria, não há sigilo de voto, e os seus membros discutem entre si as razões dos respectivos votos, primeiramente os jurados, depois os juízes. É vedado comentar o que aconteceu na sala secreta. (NUCCI, 1999, p.74).

O Júri português decide não só sobre matéria de fato, mas também de direito, incluindo a aplicação da pena. É importante salientar que ele só atua a requerimento de uma das partes, que preferem, na maioria dos casos, o julgamento singular. A quesitação se apresenta bastante ampla, incluindo a discussão sobre a melhor pena a se aplicar ao réu e, se acolhidas penas diversas, aquela que obteve votação majoritária prevalece.

A diferença entre o instituto português e o brasileiro é que no primeiro, os jurados e o juiz conversam e discutem sobre a decisão a se tomar, inexistindo sigilo nas votações.

Como os jurados não decidem sozinhos, não se pode afirmar que seja tribunal popular como em outros países. Para os cidadãos, a participação do povo nas decisões não é considerada essencial.

Na Espanha, o Júri teve como fonte a Revolução Francesa e seus princípios democráticos. Entretanto, suspendeu-se sua utilização durante algum tempo retornando em 1888, com competência ampliada. Suspendeu-se novamente em 1923, e restaurando-se em 1931, com competência reduzida. (NUCCI, 1999, p.76).

A principal característica do Júri espanhol consiste na participação dos jurados leigos que se pronunciam sobre os fatos, enquanto o juiz togado realiza a aplicação do direito, somente para o caso concreto, não incorrendo em responsabilidade pela decisão que adota. Há leis específicas que fixam a competência do Júri, não podendo, contudo, excluí-lo de todas as matérias.

O Direito Romano-Germânico originou o modelo atual de vários países, tais como França, Brasil, Portugal e Espanha. Assim, mesmo havendo distinções no que tange à instituição do Júri, tal se deu em face da evolução cultural de cada nação, pois a base normativa correspondeu à mesma, aplicando-se igual sistema de normas.

Na Grécia, por exemplo, o Tribunal do Júri permaneceu, mas não funciona da mesma forma que nos outros países. Há uma corte mista que decide a culpabilidade do réu, delibera sobre a sentença e a imposição de penas acessórias. As questões puramente legais são decididas por quatro juízes togados sem participação dos jurados. (NUCCI, 1999, p.77).

3 PROBLEMAS DA QUESITAÇÃO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

A tarefa mais difícil do Tribunal do Júri compreende a formulação e a votação dos quesitos. Nos termos da legislação atual, realiza-se com base no libelo-crime acusatório, em que o *Parquet* apresenta os fatos imputados ao acusado e suas consequências jurídicas. Assim, o Juiz Presidente obtém os dados para elaboração dos primeiros quesitos.

Os argumentos da defesa, baseados na defesa pessoal efetuada no interrogatório ou os elementos trazidos pelo advogado durante sua explanação fornecem as teses a se utilizar na formulação dos outros quesitos. Deve haver um quesito obrigatório sobre as circunstâncias atenuantes. Elaborado o questionário, o juiz deve lê-lo em plenário, podendo-se impugnar pelas partes, se não se apresentarem corretos, ou condizentes com as teses e, solucionadas eventuais dúvidas do Conselho de Sentença, todos se recolhem à Sala Secreta para deliberação. (TASSE, 2004, p.120),

Toma-se a decisão de forma sigilosa, os jurados não podem se comunicar durante o julgamento. Deve-se realizar a votação de acordo com a convicção íntima de cada um, sem qualquer influência externa, sob pena de dissolução do Conselho de Sentença ou nulidade do julgamento. Aos jurados distribuem-se duas cédulas, contendo as palavras sim e não e, a cada quesito, coloca-se uma dessas cédulas na urna, sem que se possa identificar a resposta dada. Durante a deliberação, os representantes das partes não podem tecer comentários, devendo o Juiz Presidente explicar aos jurados a quesitação e o que cada resposta vai acarretar.

O atual modelo merece críticas. Longos formulários importam em uma “sofrida e desgastante votação, e a complexidade dos quesitos conduz, em muitas hipóteses, à nulidade dos julgamentos.” (TASSE, 2004, p.123).

Em razão da elaboração dos quesitos, as nulidades se tornam constantes, havendo divergências, tanto na doutrina quanto na jurisprudência. Não é incomum, a despeito do

esforço do magistrado em elaborar os quesitos de forma clara, por causa da sua complexidade jurídica, ensejar confusão por parte dos jurados, que muitas vezes desejam proferir o veredicto em certo sentido e acaba ocorrendo o oposto.

Mostra-se absurdo o fato de pessoas leigas, que deveriam proferir decisão baseada na reprovabilidade social da conduta, obriguem-se a responder perguntas de ordem técnico-jurídica, decorrentes da ordem positivada. O modelo atual decorre de um desejo de controle sobre a atividade dos Juízes de Fato, impedindo que atuem de acordo com suas consciências, na busca da solução que melhor atende aos interesses sociais (TASSE, 2004, p.125).

A complexidade da quesitação força os jurados a decidirem de acordo com a norma codificada, o que retira o objetivo do Júri, a democracia. Apresentar-se-ia mais econômico o juiz togado resolver a causa. Tal como se apresenta hoje, o questionário acaba ensejando a anulação do julgamento pelo Tribunal ao discordar do veredicto, por falha na formulação ou nas respostas proferidas pelos jurados.

Um importante exemplo disso corresponde à tese da legítima defesa, em que existe uma seriação dos quesitos que provocam a confusão do corpo de jurados. Percebe-se, na prática, que muitas vezes não se entendem alguns dos itens propostos e tenta-se votar de acordo com a parte que se deseja ver vitoriosa. Uma pergunta dividida em pelo menos seis quesitos induz os jurados menos experientes ao erro.

A simplificação dos quesitos, tornando-os mais claros e objetivos, pode imprimir maior segurança jurídica às decisões do Conselho de Sentença. Assim, o Júri deveria decidir somente sobre a materialidade, a autoria, e se o acusado deve ou não ser condenado. Essa mudança no formulário se impõe como uma necessidade, para que o desejo real do cidadão corresponda perfeitamente ao veredicto concretizado.

Atualmente, indagam-se complexas teses jurídicas, incompreensíveis aos leigos. Afinal, constituem pessoas do povo julgando seus pares, seus iguais e, se composto o Conselho por juristas, não haveria Júri Popular.

O sigilo absoluto na atuação e a incomunicabilidade dos jurados perante os trabalhos consistem em princípios importantes, pois evita a manipulação das decisões, a possibilidade de persuasão de um jurado sobre os demais.

3.1 A ordem na formulação dos quesitos

A ordem atual de formulação dos quesitos pode acarretar prejuízo ao acusado, pois, dependendo da tese defensiva, não receberá um benefício maior, como o desejado pelos jurados, simplesmente em razão da ordem em que se compõe o questionário.

O primeiro questionamento, acerca do fato principal, formula-se de acordo com o libelo, a acusação realizada pelo Ministério Público. Ocorre na prática que a peça ministerial nem sempre se encontra bem organizada; os fatos podem se misturar com outras questões como letalidade ou autoria. Nesse caso o cabe ao Juiz Presidente desmembrar em vários quesitos, pelas circunstâncias separáveis, como uso de meios sucessivos, armas diversas ou luta corporal. (LEAL, 2001, p.184).

Não se desdobrando, ou se invertendo a ordem, pode haver grande prejuízo ao acusado, até porque, numa tese defensiva onde se nega a autoria do crime, o primeiro quesito, versando sobre a materialidade, normalmente não se refuta e, mostrar-se-ia estranho votar pela sua ausência em um crime que realmente ocorreu, isso poderia acarretar também a nulidade do julgamento, por decisão contrária à prova dos autos. Normalmente, há um quesito único de autoria e materialidade, e, nesse caso, ao negar autoria, o Conselho de Sentença nega

também o crime ocorrido, mesmo provando-se sua existência. No caso de negativa de autoria, o julgamento pode acabar aqui, e, dessa forma, absolver o acusado.

Ao se perquirir o primeiro quesito, conjunta e simultaneamente, indaga-se acerca da existência material do fato e da correlata autoria. Indaga-se, ainda, o nexo causal entre a conduta encetada pelo agente e o resultado produzido. (PORTO; BONILHA, 1999, p.5-6).

O próximo item trata da letalidade das lesões, no caso de não se comprovar o vínculo entre o fato e o resultado, ocorrerá situação diversa do que pretende a acusação. Configura-se um crime culposos e não doloso, o que excluiria a competência dos jurados para decidir a causa. A negativa do quesito sobre a consequência e o nexo desclassifica o delito, afastando o julgamento da esfera popular. (NASSIF, 2001, p.147).

Num terceiro momento, discute-se a desclassificação, se cabível. Tal quesito deve vir antes das questões de mérito, para que não haja julgamento pelo Conselho de Sentença. Essa regra causa um problema porque, se a tese defensiva versar sobre dois pontos: uma excludente de ilicitude, que absolveria o réu e uma desclassificação como tese acessória, os jurados acabam desclassificando de pronto. Essa é uma das primeiras proposições que inviabilizaria a discussão sobre a excludente, uma vez que o julgamento, para os jurados, terminaria nesse item.

Esse consiste em um dos pontos em que a lei merece ser reformada, pois no caso do quesito único, apenas para condenar ou absolver, independente de qual seja a tese defensiva, os jurados podem votar a favor do réu sem que haja prejuízo pela ordem das perguntas. Poderia, ainda, haver certa flexibilização, a partir da qual se pudessem questionar, em primeiro lugar, os pontos mais benéficos ao acusado, no caso de múltiplas teses defensivas.

No instituto do Júri, os jurados votam inicialmente pela desclassificação, e, se entenderem incabível, continuam o julgamento, discutindo-se a exclusão de ilicitude ou de culpabilidade. Essa maneira de propor a quesitação fere o princípio constitucional da ampla defesa, de forma que, para o defensor sustentar mais de uma tese, deve explicar a quesitação, a fim de evitar confusão, que, na maioria das vezes, acaba ocorrendo.

Se houver quesito para suscitar circunstância de privilégio, caso de diminuição de pena, este deve anteceder a discussão das qualificadoras, enquanto as majorantes e as minorantes só devem se discutir se decidida a condenação. (LEAL, 2001, p.184).

Quesita-se o privilégio antes das qualificadoras, pois se acolhido, prejudica as qualificadoras de caráter subjetivo. No item sobre as majorantes, o Juiz Presidente deve atentar-se às qualificadoras acolhidas na pronúncia e articuladas no libelo. A Súmula 162 do Supremo Tribunal Federal entende absoluta a nulidade do julgamento quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes, pois estas só se devem votar após as qualificadoras. Não há que confundir, pois estas só se podem apresentar no libelo, enquanto as agravantes também podem se requerer em plenário.

Por último, há o quesito sobre a existência de atenuantes genéricas e específicas, constituindo-se um quesito obrigatório, mesmo que a defesa não o requeira. A Súmula 156 do Supremo Tribunal Federal afirma ser absoluta a nulidade do julgamento pelo Júri por falta de quesito obrigatório. Neste último ponto também existem dúvidas, pois, no caso de condenação, muitas vezes os jurados não entendem que o réu possui direito a essa atenuação; votam de forma negativa logo neste primeiro item e nem chegam a discutir tais circunstâncias.

Em resumo, a ordem proposta pela legislação vigente torna confusa a formulação dos quesitos, restando complicadas proposições, em relação as quais, muitas vezes, os jurados se confundem, causando prejuízo ao acusado e resultando em veredictos que não se coadunam com a vontade do Conselho de Sentença.

3.2 A quesitação sobre laudos e perícias

Os laudos e as perícias realizadas durante a instrução processual podem constituir-se em prova para a condenação, absolvição ou ainda para possibilitar um benefício ou diminuição de pena. No Júri, o exame de corpo de delito, por exemplo, caracteriza-se como uma perícia imprescindível, pois sua inexistência dificulta a comprovação da materialidade do crime. A confissão do acusado, por si só, não supre este exame, e, em qualquer perícia realizada para auxiliar a instrução processual, de acordo com o artigo 160 do CPP, os laudos devem ser elaborados por peritos que descreverão minuciosamente o que examinaram e responderão aos quesitos formulados pelas partes e pelo juiz.

A lei apresenta-se clara quando afirma, no artigo 182 do CPP, que o juiz togado, não se encontra adstrito aos laudos e perícias, podendo basear sua decisão em outras provas do processo. Obviamente a decisão deve mostrar-se necessariamente fundamentada, possibilitando saber quais os instrumentos probatórios que a motivaram.

No caso do Júri Popular, não há fundamentação. A motivação que leva os jurados ao veredicto consiste em sua convicção íntima. Assim quesitar a respeito dos laudos juntados ao processo, de forma que o Conselho de Sentença possa simplesmente afastar uma perícia importante, sem apresentar qualquer motivação fere o direito a um julgamento imparcial, com admissão de todas as provas permitidas no direito.

O absurdo maior corresponde a não se discutir nem se quesitar, os laudos de exame de corpo de delito, de local do crime, ou quaisquer outras perícias realizadas para comprovar a materialidade; entretanto, formulam-se quesitos sobre a sanidade mental do acusado, para que os membros do Júri afastem um direito do réu à diminuição da pena aplicada, ou ainda, à absolvição. A inimputabilidade pode apresentar-se total, no caso de doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado ou ainda apenas de forma

restrita ou diminuída, por uma perturbação da saúde mental ou desenvolvimento mental incompleto. (PORTO, 2001, p. 264).

Portanto, no Tribunal do Júri, após argüir sobre o fato principal e antes de se discutir as qualificadoras ou teses defensivas, o questionário deve apresentar quesitos sobre a inimputabilidade, suas causas biológicas, e sobre a capacidade do agente de entender o fato criminoso e de se determinar de acordo com este entendimento.

Há, contudo, enorme dificuldade dos jurados em responder a essa quesitação, pois não se mostram aptos a avaliar o seu alcance e se deixam influenciar pela parte que julgam estar com a razão, que seja a acusação quer a defesa. Podem, inclusive, decidir contra a conclusão da perícia médica, “porque não é a decisão dos jurados acompanhada de fundamentação justificadora da não-aceitação dos informes médicos, assim decidindo os jurados estarão contrariando as provas dos autos.” (PORTO, 2001, p.278).

Se o acusado possui direito, de acordo com o resultado da perícia médica, à absolvição, ou à redução da pena, mas os jurados não aceitam o laudo, deve-se anular o julgamento. Portanto, não se devem discutir no plenário do Júri laudos, provas técnicas e perícias, que devem permanecer a cargo do juiz togado no momento de sentenciar. O artigo 26 do Código Penal declara o inimputável isento de pena, e no seu parágrafo único consta possibilidade da redução da pena de um a dois terços se o agente não se mostrou inteiramente capaz de entender o caráter ilícito ou de determinar-se de acordo com este entendimento. A lei confere ao acusado esse direito, mas o Júri Popular pode simplesmente não concedê-lo.

Portanto, a reforma urge, não podendo os jurados simplesmente votar contra as provas constantes dos autos. Se não há fundamentação nas decisões, não há que se discutir direitos já concedidos ao acusado pela lei. Laudos e perícias constituem provas técnicas que se devem observar no momento da sentença pelo magistrado, e não pelo Júri.

3.3 A confissão espontânea

Todo réu, no caso de condenação, possui direito a uma diminuição na pena se houver confessado espontaneamente o crime. De acordo com o artigo 65 do Código Penal, a confissão corresponde a uma circunstância que sempre atenua a pena. Então, constitui direito de toda pessoa, ao ser processada por um crime, ter sua pena atenuada se confessar.

Não há qualquer divergência com relação a essa diminuição na pena perante juízes togados, pois se deve fundamentar toda decisão proferida, assim, sempre há a diminuição legal. Todavia, no Júri Popular, a decisão do Conselho de Sentença não necessita de fundamentação.

Assim, o jurado decide livremente sobre os direitos do acusado, que lhe foram conferidos por lei e que sequer deveriam entrar no rol dos quesitos, pois não se deve discutir uma circunstância objetiva. De fato, não existe qualquer subjetivismo na confissão, ainda que o réu confesse que cometeu o crime de maneira diversa daquela narrada na denúncia, configura a atenuante, e esta deve se valorar no momento da sentença.

Se os jurados não aplicam pena, se quem o faz é o Juiz Presidente, esse tipo de discussão, versando sobre aspectos objetivos, não se pode considerar. Não há porque se perguntar ao Júri se houve ou não a confissão, pois uma resposta negativa contraria frontalmente as provas dos autos, ensejando a anulação do julgamento.

No intuito de condenar uma pessoa, o Conselho de Sentença pode se influenciar pelo ímpeto do momento, deixando de considerar uma circunstância atenuante significativa. Na verdade, caberia ao juiz explicitar ao corpo de jurados a necessidade de votar em sentido único. Todavia, se isso ocorresse, corresponderia a uma forma de manipular a decisão do Júri, o que também acarretaria a nulidade do julgamento.

Portanto, esse quesito não deveria sequer se apreciar no Conselho, a menos que se tratasse de circunstância nova, proposta aos jurados durante o plenário, e que não se encontrasse baseada na instrução processual. Só assim, os jurados teriam competência para analisar e decidir. O não-reconhecimento, pelos jurados, de uma atenuante obrigatória, enseja um veredicto manifestamente contrário às provas dos autos, assim, nulo o julgamento, haverá a composição de novo Júri, pois em sede de recurso não se pode incluir ou retirar qualquer circunstância, agravante ou atenuante, afinal, a soberania dos veredictos deve prosperar.

Deve-se reconhecer, portanto, que, embora o Júri tenha surgido para democratizar as decisões judiciais, em alguns pontos, pode prejudicar gravemente o réu, pois, a partir do momento que um direito concedido por lei não se aplica, há prejuízo, e o instituto perde o caráter democrático para se tornar ditatorial.

3.4 A quesitação de circunstâncias agravantes e atenuantes

A circunstância agravante não precisa constar do libelo, se o Promotor de Justiça sustentá-la em plenário, obrigará sua quesitação, de vez que não se trata de matéria acusatória substancial, mas apenas de mera incidência penal. (NASSIF, 2001, p.177).

Não se deve confundir circunstâncias agravantes e qualificadoras, pois estas devem se descrever na Sentença de Pronúncia e no libelo, não se podendo apresentar somente durante o julgamento. No caso das agravantes, estas podem se perceber durante o julgamento, e, por se utilizar apenas na aplicação da pena, inclui-se no questionário para os jurados. Não pode ocorrer de o Júri reconhecer uma agravante que tenha correspondência com uma qualificadora, porque assim agravar-se-ia a pena duas vezes pela mesma circunstância, e anular-se-ia o veredicto. Vale salientar que não compete ao Juiz Presidente incluir no

questionário circunstâncias agravantes que não tenham sido regularmente requeridas pela acusação. (PORTO, 2001, p. 173).

As agravantes podem encontrar-se descritas na denúncia, mas não se devem acolher na Sentença de Pronúncia, ocasião na qual só se deve examinar circunstâncias qualificadoras. No caso de agravante discutida apenas em plenário, deve-se perceber se, para subsistir, necessita-se produzir alguma prova documental, como no caso de crime contra criança, idoso ou mulher grávida, pois não poderá subsistir sem tal comprovação. Há circunstâncias agravantes descritas no artigo 61 do Código Penal e no artigo 62. Entretanto, as últimas só se aplicam no caso de concurso de agentes. (LEAL, 2001, p. 254).

O problema na quesitação consiste exatamente na confusão que os jurados fazem entre agravantes e qualificadoras. Durante os debates em plenário, as partes devem conseguir diferenciá-las com nitidez, para que os jurados não votem uma agravante como qualificadora do crime. Pode ocorrer também a apresentação de dois quesitos sobre a mesma circunstância, de forma a ofender o Princípio do *ne bis in idem*, pois os jurados podem simplesmente não compreender a matéria, exagerando na condenação.

Com relação às atenuantes, em que pese a confissão espontânea, já discutida em tópico próprio, por sua importância singular, importa salientar, contudo, os problemas que envolvem a discussão sobre elas, inclusive no tocante à aceitação do quesito genérico. Diferentemente das agravantes, as atenuantes, antes de se questionar, deve-se formular um quesito genérico, arguindo se militam circunstâncias atenuantes em favor do réu. Se, de pronto nega-se o questionamento, encerra-se o julgamento, sem se discutir as atenuantes existentes no processo.

O Código Penal apresenta um rol de atenuantes no artigo 65, mas no Júri, esse direito subjetivo do réu, o abrandamento da pena em face dessas circunstâncias, mitiga-se, a mercê da incidência técnica do corpo de jurados. Normalmente, havendo condenação, tais

quesitos podem causar prejuízo à defesa, quando o Conselho de Sentença, no intuito de condenar, acaba se confundindo. Muitas vezes o próprio *Parquet*, com intenção de manter a condenação, induz os jurados a não aceitarem as atenuantes existentes.

Na prática, ocorre frequentemente o não-reconhecimento das atenuantes da menoridade, ou seja, o fato de ter o agente menos de 21 anos no dia dos fatos, da qual há prova documental nos autos. O mesmo ocorre com o motivo de relevante valor moral ou social, muitas vezes confundido pelos jurados com o privilégio, rejeitando-o por considerarem que poderia implicar em grande diminuição na pena.

Acontece também, muitas vezes, a contradição entre uma atenuante com outra proposição do questionário. A indagação sobre atenuantes é “obrigatória enquanto genérica, e resposta resultante de indagação assim não pode merecer confronto com indagações específicas, motivadas pelo Juiz Presidente.” (PORTO, 2001, p.176).

Se o Juiz pudesse escolher a ordem e o modo como se apresentam os quesitos, haveria controle na votação. Na prática, para que não se anule o julgamento, os juízes acabam salientando aos jurados as atenuantes cabíveis, o que não deixa de ser uma forma de manipular a votação.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou, em várias ocasiões, ser desnecessário quesitar as atenuantes específicas considerando que só o fato de os jurados reconhecerem a existência de circunstâncias atenuantes mostra-se suficiente para que o juiz fixe a pena com justiça e sem prejuízo para o réu.

Assim, urge reconhecer que da forma como se apresenta a quesitação aos jurados, a injustiça na decisão tem mais espaço para acontecer do que se houvesse um quesito único, no qual o jurado dissesse apenas se considera o acusado culpado ou inocente, o juiz poderia, então, analisar a legislação, de forma a aplicar corretamente as agravantes e atenuantes.

Alguns autores entendem inadmissível o quesito único, por causa do amplo leque de alternativas possíveis nas teses defensivas. Todavia, simplificar a quesitação torna-se relevante para que o Tribunal do Júri continue sendo um instituto democrático e essencial aos olhos do povo brasileiro, promovendo a justiça e veredictos mais concisos, sem tantas nulidades suscitadas que proporcionam insegurança jurídica.

A quesitação como se coloca hoje no Júri Popular constitui uma forma de os advogados de defesa recorrerem e também um subterfúgio para conseguirem anulações e novos julgamentos, pois os erros são freqüentes, justamente pela complexidade na formulação dos quesitos.

O problema não se percebe apenas no trabalho dobrado do judiciário para efetuar um novo plenário, afeta, ainda, a celeridade de outros processos que esperam uma data a se marcar, e também há o prejuízo financeiro, pois a cada novo Júri se gasta uma quantia vultosa. Ademais, abala a credibilidade do instituto, afinal, o povo vê um resultado e depois outro Conselho de Sentença inverte o veredicto.

À sociedade, importa que se puna o acusado, exemplarmente, de acordo com o crime que cometeu. Para que haja uma satisfação à população que se sentiu ofendida com a ação criminosa, o Júri precisa demonstrar a segurança de que se realiza a justiça no caso concreto.

As modificações propostas, em linhas gerais, mostram-se válidas, e merecem aprovação, pois viriam para dinamizar o processamento dos feitos de competência do Tribunal do Júri. As mudanças, se efetuadas, trarão maior efetividade e celeridade aos procedimentos. O que se pretende no Processo Penal, pois a morosidade que se encontra no hodiernamente, tanto no Júri quanto nas varas comuns, compreende um problema que importa a todos.

A rapidez e o fato de os juristas terem maior liberdade em participar resultarão em que se resolvam alguns problemas cruciais que hoje se apontam no Júri Popular.

O prejuízo, percebido pela quesitação da forma como se apresenta, compreende-se real, pois sem poder considerar as atenuantes no momento de aplicação da pena, de acordo com a decisão do Júri, o magistrado, muitas vezes exacerba a punição, o que é gravoso para o réu, para a vítima ou sua família, e ainda para o judiciário.

4 A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NAS DECISÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA

A mídia apresenta-se como uma arma de grande influência na população, pois, ao ouvir ou ler informações, muitas vezes deturpadas, os jurados acompanham os julgamentos, de crimes já conhecidos, pela exposição que tiveram na imprensa, o que contamina as decisões do Conselho de Sentença.

No Direito brasileiro, para impedir qualquer interferência nas decisões do Júri, existem algumas disposições importantes. Dentre estas, as que determinam a incomunicabilidade dos jurados. A chamada quebra da incomunicabilidade, portanto, constitui motivo de anulação do julgamento e obriga a realização de um outro (VAINSENER; FARIAS, 1997, p.113).

A imprensa, na forte intenção de apresentar notícias que, não apenas impressionem a população, mas também marquem tais matérias jornalísticas como excepcionais, acabam trazendo para o conhecimento popular os julgamentos do Tribunal do Júri de maneira inverídica ou de qualquer forma um pouco manipulada. A sociedade, leiga, acaba acreditando em tais publicações e levando esse conhecimento ao corpo de jurados.

Os jurados também se constituem vítimas de pressão, quer da imprensa, das partes, quer de terceiros. Essas pessoas se influenciam e acabam perdendo a isenção do julgamento e, por isso, decidem de forma diversa ao que realmente gostariam. Em algumas pesquisas realizadas já se constatou que a maior parcela dos componentes do Júri somente considera o crime em suas avaliações finais, e que a pessoa do acusado e a comoção social também influenciam muito (VAINSENER; FARIAS, 1997, p.116).

O fato de o réu intimidar os jurados, fazendo-os se sentirem ameaçados, também exerce grande influência para que as respostas dadas à quesitação objetivem simplesmente a

condenação, sem analisarem o crime em si mesmo. No caso de um Júri exaustivamente discutido na imprensa, torna-se evidente que tudo já se decidiu previamente, resta apenas o cumprimento dos ritos, incapazes de mudar o resultado. A cada novo caso policial ou judiciário, que traga, em seu bojo, os elementos básicos do sensacionalismo, a história se repete: instala-se o que os autores norte-americanos denominam de frenesi da mídia (BASTOS, 1999, p.112-113).

O resultado dessa intromissão se apresenta terrível, vários casos criminais distorcidos que acabam com a possibilidade de se chegar à verdade dos fatos, e o mais difícil ainda consiste em se fazer justiça.

A penetração da imprensa, e de outros meios de informação nas decisões do Conselho de Sentença evidencia-se bastante clara. Se, numa mesma semana, no Tribunal do Júri, ainda com os mesmos jurados convocados para o período, julgarem-se dois casos semelhantes, um deles sem notoriedade, e o outro acompanhado pela mídia, provocando o clamor social, com certeza este último resultará em condenação, com pena mais elevada e sem qualquer chance de atenuação ou abrandamento. A mídia faz desaparecer não apenas a independência do julgador popular ou a soberania do veredicto, mas a possibilidade mesma de julgar, expugnada pela coação irresistível (BASTOS, 1999, p.115).

O modelo de quesitação atual, nesses casos, contribui para dificultar um julgamento justo, pois deixa nas mãos dos jurados, pessoas leigas e já totalmente influenciadas pelo alarido da imprensa, todas as decisões. Não se ignora apenas a culpabilidade ou a inocência do réu, mas, inclusive, as atenuantes ou os direitos constitucionais que lhe são conferidos.

Da forma como se apresenta a legislação, os jurados podem condenar um réu com todas as qualificadoras, agravantes e outras circunstâncias, deixando de conceder as atenuantes ou causas de diminuição de pena, apenas por causa do abalo provocado na

sociedade. Democraticamente, se a comunidade deseja que o acusado receba uma pena mais gravosa há de se considerar que, na realidade, ocorre uma farsa, um julgamento em que o réu já entra condenado, e que, por mais que se esforce, a defesa nada poderá fazer para trazer o Júri à realidade e mostrar onde está a verdade real dos fatos. Levar um réu a julgamento no auge de uma campanha de mídia corresponde a levá-lo a um linchamento, em que os ritos e fórmulas processuais apresentam-se apenas com a aparência da justiça, encobrando os mecanismos cruéis de uma execução sumária (BASTOS, 1999, p.115).

Mudando-se a legislação, a nova quesitação pode evitar injustiças cometidas quando a imprensa impõe essa pré-condenação. Se o Conselho de Sentença discutir apenas a culpabilidade, atribuindo ao Juiz a responsabilidade dos detalhes, este, apresentar-se-á mais imparcial, por estar vinculado apenas à lei, e vai considerar as agravantes e atenuantes corretamente, sem se deixar levar pelo apelo emocional da sociedade.

Atualmente, percebe-se que a mídia influencia diretamente as decisões do Júri Popular, pois não há jurado com coragem de votar favoravelmente a um réu demonizado pela imprensa e por conseqüência, pela sociedade. Com a mudança no Código de Processo Penal, incrementando a maneira de formular os quesitos, retira-se dos jurados esse peso, deixando para o Juiz Presidente, que pode julgar sem se vincular aos clamores e exageros plantados por essa mídia que noticia o crime de forma sensacionalista.

5 MODIFICAÇÃO DA DISCIPLINA LEGAL – PROJETO DE LEI 4203/01

O movimento reformador do Código de Processo Penal baseia-se em duas vertentes: a primeira visa adequá-lo aos princípios e regras da Constituição Federal de 1988; em segundo plano, objetiva compatibilizá-lo com os sistemas contemporâneos do processo penal no Estado Democrático de Direito e promover a eficácia do processo na guerra contra a criminalidade e o melhor acesso à jurisdição.

O projeto de lei mais atualizado que modifica o Código de Processo Penal na parte relativa ao Tribunal do Júri corresponde ao de número 4.203, de 2001. As mudanças aqui citadas encontram-se traçadas na reformulação proposta. Importa salientar que a reforma do referido diploma legislativo representa um grande avanço para o instituto do Júri, pois, se para alguns, este se apresenta defasado em face da Constituição Federal, adequar-se-ia às novas garantias e modernizaria seu procedimento, conferindo mais rapidez e eficácia ao procedimento.

Dentre as alterações interessam algumas relativas ao questionário a ser submetido ao Conselho de Sentença, e, em particular, as que dizem respeito às fontes, à redação e à ordem das perguntas (FRANCO, 1994, p.03).

O projeto consiste na revisão de partes do Código de Processo Penal, com vistas a simplificar o procedimento e conceder maior eficácia ao sistema. Destina-se a proporcionar maior celeridade à prestação jurisdicional penal. Neste sentido, pretende-se uma profunda alteração no procedimento relativo ao Tribunal do Júri, simplificando o que se considera de difícil compreensão para o Conselho de Sentença.

A mudança amplia o processo de democratização da justiça popular, com o alistamento de jurados, em setores outros, tais como centro de convivência e instituições de ensino. Torna-se claro que uma das metas destas mudanças consiste em conceder maior

eficácia e agilidade para a instrução em plenário, institui-se destarte, o critério do “cross examination”, com as perguntas realizadas diretamente para as testemunhas e ao próprio acusado, pelo juiz, pelas partes e pelos jurados, o que inclusive já vem ocorrendo, na prática, em alguns Tribunais. Profundas se mostram as alterações aventadas no procedimento do Júri, valendo destacar o questionário, sensivelmente simplificado, perdendo em sua complexidade e ganhando em objetividade e simplicidade (STOCO, 2001, p.11-13).

O projeto reduz os quesitos à materialidade, autoria e condenação, de forma que, se houver condenação, o Juiz questionará a causa que qualifica ou aumenta a pena, deixando de existir o quesito sobre a presença de circunstância atenuante, que se decidirá tão somente pelo Juiz Presidente do Júri. Este poderá reconhecer as agravantes e atenuantes no momento da sentença. Apresenta-se realmente necessário simplificar o questionário, pois ocorrem muitas nulidades nas decisões do Conselho de Sentença por causa de defeitos nas perguntas ou contradição das respostas. Há uma absurda complexidade do sistema de formulação dos quesitos submetidos aos jurados e isso contribui para que ocorram equívocos na votação.

Elaborar-se-á, então, o questionário em proposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada uma delas possa se responder com suficiente clareza e necessária precisão. A fonte de elaboração dos quesitos “passará a ser a decisão de pronúncia, o interrogatório do acusado e as alegações das partes, ante a supressão do libelo.” (BADARÓ; BELLOQUE, 2005, p.11-12).

Deve-se expressar os quesitos em proposições simples e distintas para a boa compreensão dos jurados (FRANCO, 1994, p.03) e realizar-se-á na ordem diversa, primeiramente discutindo a materialidade, depois a autoria ou participação e, em seguida, se deve condenar ou absolver o acusado, de forma simples e direta. Ainda haverá discussão

sobre a existência de causa de diminuição de pena alegada pela defesa e se existem circunstâncias qualificadoras, ou causas de aumento de pena, reconhecidas na sentença de pronúncia. Suprime-se a indagação sobre atenuantes e agravantes, cabendo ao juiz togado essa verificação.

O quesito referente à condenação ou absolvição responder-se-á em cédula especial, que contenha as palavras condeno ou absolvo. Se houver tese de desclassificação, a esta se responderá logo após a decisão sobre autoria ou participação, em quesito específico. Portanto, da forma como vem proposta a modificação, o Júri se tornará mais fácil, mais célere, e com certeza não apresentará tantas decisões anuladas, pois a probabilidade de erro do jurado quase inexistirá.

O Projeto discute uma grande reformulação em todo procedimento especial do Tribunal do Júri, com as mudanças necessárias para atualizar o instituto, e adequá-lo à evolução do Direito brasileiro. Além da formulação dos quesitos, a possibilidade das partes argüírem diretamente o réu e as testemunhas possibilita uma igualdade, pois não haverá mais interferência do Juiz Presidente.

Apresentou-se o Projeto de Lei 4.203 em março 2001 e desde então passou pela Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania, discutida em plenário em 2002, com votação e aprovação. Posteriormente, voltou à Comissão que o elaborou, onde recebeu parecer favorável, publicado em março do ano de 2002 e encaminhou-se à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano, levada novamente ao plenário. Em 2003 voltou à mesa Diretora da Câmara, devolvendo-se ao plenário apenas em setembro de 2005.

Houve algumas tentativas de votação durante o ano de 2006, todavia infrutíferas. No ano de 2007, mais especificamente no mês de março, a matéria foi discutida na Câmara

dos Deputados, tendo sido apresentadas cinco emendas, entretanto, nenhuma delas modificou o texto no que tange a quesitação. Ainda no mesmo mês, houve finalmente a votação e a redação final do projeto foi aprovada, sendo então, encaminhada ao Senado Federal.

Apesar da demora do Poder Legislativo na aprovação da lei de alteração do Código de Processo Penal, ao que parece essa mudança realmente se realizará e assim o julgamento perante o Conselho de Sentença se tornará mais eficiente e justo.

Se ocorrer de se promulgar a exatamente como se apresenta no projeto, haverá grandes modificações em todo o rito do Tribunal do Júri, não só na quesitação, como também na instrução preliminar, na sessão de julgamento em plenário, no desaforamento, na convocação e função dos jurados, na composição do Júri e formação do Conselho de Sentença, e ainda no julgamento e nos debates, sem contar que o Juiz togado obterá maior liberdade no momento de prolatar a sentença.

Tal mudança pode se mostrar bastante produtiva, a fim de diminuir os julgamentos anulados e ainda para dar maior clareza às decisões dos jurados sem erros e sem dificuldade de compreensão, com tais providências

afasta-se a maior fonte de nulidades, atende-se à determinação constitucional de que aos jurados apenas se propõem questões sobre a matéria de fato, simplifica-se o julgamento e, segundo nos parece, protege-se melhor o acusado, permitindo segurança e garantia de um julgamento justo. (STOCO, 2001, p.11-13).

A aprovação do Projeto de Lei 4203/2001 é iminente, e a reforma trará grande avanço ao Código de Processo Penal no que tange o instituto do Tribunal do Júri e principalmente nos julgamentos perante o Conselho de Sentença, que serão mais céleres, simplificados, menos dispendiosos aos cofres públicos e conseqüentemente mais justos, contando com um número menor de decisões anuladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O julgamento popular constitui o instituto jurídico mais democrático. Ele procura desde os primórdios satisfazer a sociedade, realizando a justiça que tanto se almeja. Considera-se mais fácil para o povo aceitar uma decisão proferida pelo Júri do que de um Juiz Singular, afinal, interessa ver o acusado punido, na medida em que seu ato ofendeu as pessoas e o convívio social.

Não se pode afirmar que o julgamento pelo Júri Popular se apresente mais severo ou que se concederá as decisões de forma mais branda. Apenas se percebe que, para as pessoas leigas, a decisão se mostra acertada, porque se o fato atingiu intensamente a sociedade, esta encontrará um meio para que o acusado receba uma punição mais condizente do que a que seria dada por um juiz, pois este se vincula ao processo, aos fatos e às provas, e não pode decidir apenas usando o bom senso. Não se ofendendo a sociedade, os jurados do povo entenderão o descabimento de punição mais severa.

Em uma era em que se reclama do próprio magistrado tamanha especialização, não se poderia confiar um julgamento a homens que não possuem conhecimentos técnicos suficientes ou mínimos. Talvez seja essa realmente, a imperfeição mais condenável da instituição do Júri, e esse constitui exatamente o porquê da urgente mudança na legislação. No entanto, essa miopia técnica infere um fator que permite a apreciação do caso pelo senso comum, que muitas vezes se dilui em meio ao saber teórico e legalista do magistrado.

Impõe-se imperioso que se busque o aperfeiçoamento do Tribunal do Júri, pois simboliza a esperança de um Poder Judiciário mais sensível às transformações sociais, que nem sempre se encontram assimiladas pelo nosso sistema jurídico, tão fundado na lei e na técnica. As mudanças devem-se efetuar para adequar o vetusto instituto à Constituição do país. Tal mudança deve se realizar analisando o que se mostra mais relevante para a sociedade, no caso, a simplicidade e a eficiência.

As modificações propostas, em linhas gerais, definem-se válidas, merecem a aprovação, pois dinamizará o processamento dos feitos da competência do Tribunal do Júri. A reformulação do Código de Processo Penal acarretará maior efetividade e celeridade ao procedimento do julgamento popular e isso se mostra essencial.

Evidente que o Júri pode se equivocar, como também um juiz togado, pois ninguém se encontra livre de um erro, mas o fato de sete pessoas decidirem, não apenas com fulcro na lei, sem se sentirem vinculadas, mas de acordo com sua convicção íntima, constitui a grande demonstração de democracia.

Assim, o instituto do Tribunal do Júri, ainda atende à finalidade da justiça social e também da igualdade. Caracteriza-se democrático e supre o anseio da sociedade, que se sente mais protegida, pois o seu povo participa da decisão. O Júri precisa mudar para se adequar à modernidade da legislação, a forma como se propõem os quesitos ao Conselho de Sentença apresenta-se defasado, causando dúvidas e erros. As nulidades encontradas nos julgamentos mostram-se constantes, os jurados possuem dúvidas e votam erroneamente, inclusive por falta de experiência.

A proposta de um número menor de quesitos, em que o Júri não se manifeste acerca de laudos, perícias e circunstâncias previstas em lei, ou seja, que julgue os fatos, deixando ao Juiz Presidente a análise do direito, facilitará o trabalho do corpo de jurados e conferirá maior justiça nas decisões.

A ordem das perguntas também se precisa modificar, pois há confusão e muitas vezes prejuízo ao réu, fato que não ocorreria se houvesse o quesito único, apenas para condenar ou absolver, qual fosse a tese defensiva, os jurados poderiam votar a favor do réu sem que houvesse qualquer problema devido à ordem das perguntas. O atual modelo merece críticas, pois, a complexidade dos quesitos conduz, em muitas hipóteses, à nulidade dos julgamentos.

A simplificação dos quesitos, tornando-os mais claros e objetivos, pode atribuir maior segurança jurídica às decisões do Conselho de Sentença. Os erros cometidos na quesitação do Júri geram insatisfação social e insegurança jurídica e o número de julgamentos anulados causa morosidade e grande prejuízo econômico. Uma quesitação simples, direta, menos complexa, pode facilitar o trabalho dos jurados, evitando-se, assim, tantos problemas.

Em resumo, o Julgamento Popular constitui um instrumento de suma importância, mas para que permaneça, torna-se necessário que haja uma reforma urgente em sua estrutura. Afinal, a sociedade precisa se sentir inserida nas decisões e no Tribunal do Júri, a população sente-se parte de uma verdadeira democracia, em que o poder e a justiça emanam do povo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de. *Introdução do Direito Comparado*. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina. 1992.
- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivathy; BELLOQUE, Juliana Garcia. *O projeto de lei n. 4203/2001, a nova disciplina do tribunal do júri: principais mudanças e sugestões*. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v.13, n.155, p.11-12, out. 2005.
- BASTOS, Márcio Thomaz. Júri e Mídia. In: TUCCI, Rogério Lauria e al. (Org). *Tribunal do Júri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- FRANCO, Alberto Silva. *A proposta de novo questionário no tribunal do júri*. Boletim IBCCRIM, São Paulo, n.24, p.03, dez.1994.
- LEAL, Saulo Brum. *Júri Popular: doutrina, quesitos, jurisprudência, modelos, legislação*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- MARQUES, José Frederico. *A instituição do Júri*. Campinas: Bookseller, 1997.
- NASSIF, Aramis. *O Júri Objetivo*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Júri: Princípios Constitucionais*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999.
- OLIVEIRA, Edmundo. O Tribunal do Júri na Administração da Justiça Criminal no Estados Unidos. In: TUCCI, Rogério Lauria e al. (Org). *Tribunal do Júri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- PORTO, Hermínio Alberto Marques, BONILHA, José Carlos Mascari. *Júri: autoria e materialidade no mesmo quesito?*. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.7, n.84, p.5-6, nov, 1999.
- _____. *Júri: procedimentos e aspectos do julgamento: questionários*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. Julgamento pelo Tribunal do Júri: questionário. In: TUCCI, Rogério Lauria et al. (Org). *Tribunal do Júri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- STOCO, Rui. *Reforma do CPP e o tribunal do Júri – o novo sistema de questionário*. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.9, n. 108, p.11-13, nov. 2001.
- TASSE, Adel el. *Tribunal do Júri: fundamentos: procedimento: interpretação em acordo aos princípios constitucionais: propostas para sua modernização*. Curitiba: Juruá, 2004.
- TUBENCHLAK, James. *Tribunal do Júri: contradições e soluções*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Tribunal do Júri: origem, evolução, características e perspectivas. In: TUCCI, Rogério Lauria e al. (Org). *Tribunal do Júri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

VAINSENCER, Semira Adler; FARIAS, Ângela Simões de. *Condenar ou Absolver: A Tendência do Júri Popular*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ZOMER, Ana Paula. *Tribunal do Júri e o direito comparado: sugestões para um modelo brasileiro*. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.8, n.95 esp.,p.10-11, out.2000.